

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	31
4.5 - Processos sigilosos relevantes	32
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	33
4.7 - Outras contingências relevantes	34

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	35
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	36
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	40
5.3 - Descrição dos controles internos	42
5.4 - Alterações significativas	43
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	45
6.3 - Breve histórico	46
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	48
6.6 - Outras informações relevantes	49
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	50
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	52
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	54
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	59
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	60
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	63
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	64
7.8 - Políticas socioambientais	65
7.9 - Outras informações relevantes	66
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	67
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	69
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	70

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	71
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	74
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	75
9.2 - Outras informações relevantes	78
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	79
10.2 - Resultado operacional e financeiro	93
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	95
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	96
10.5 - Políticas contábeis críticas	101
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	116
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	117
10.8 - Plano de Negócios	118
10.9 - Outros fatores com influência relevante	119
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	120
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	121
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	122
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	129
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	132
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	133
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	134
12.7/8 - Composição dos comitês	137

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	138
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	139
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	142
12.13 - Outras informações relevantes	143

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	144
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	150
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	151
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	153
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	154
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	155
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	156
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	157
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	158
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	159
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	160
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	161
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	162
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	163
13.16 - Outras informações relevantes	164

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	165
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	167

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	168
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	178
14.5 - Outras informações relevantes	179
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	180
15.3 - Distribuição de capital	189
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	190
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	191
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	192
15.7 - Principais operações societárias	193
15.8 - Outras informações relevantes	194
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	195
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	196
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	202
16.4 - Outras informações relevantes	203
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	204
17.2 - Aumentos do capital social	205
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	206
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	207
17.5 - Outras informações relevantes	208
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	209
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	211

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	212
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	213
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	214
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	216
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	217
18.8 - Títulos emitidos no exterior	218
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	219
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	220
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	221
18.12 - Outras informações relevantes	222
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	223
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	224
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	225
20.2 - Outras informações relevantes	227
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	228
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	229
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	232
21.4 - Outras informações relevantes	233

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Estefano

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Os diretores

Roberto Estefano

Declaram que:

- a. Reviram o formulário de referência
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Os diretores

Roberto Estefano

Declaram que:

- a. Reviram o formulário de referência
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores

Roberto Estefano

Declaram que:

- a. Reviram o formulário de referência
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1132-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GF AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.448.113/0001-08
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/03/2015
Descrição do serviço contratado	A GF AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 521.546 mil para prestação de serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Alteração de rotatividade de auditores prevista na instrução CVM n 308/99

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Antonio Gouvêa de Azevedo	01/01/2011 a 31/03/2015	197.538.368-05	Av. Paulista, 568, 7º andar, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-000, Telefone (011) 32514013, Fax (011) 32514013, e-mail: angelo@gorioux.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/04/2015 a 06/05/2016
Descrição do serviço contratado	A KPMG Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir do primeiro ITR 2015
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A KPMG Auditores Independentes recebera uma remuneracao 225.000 (Duzentos e vinte e cinco reais) liquido de tributos
Justificativa da substituição	Alteração de rotatividade de auditores prevista nao artigo 31 da instrucao CVM n 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Pereira Gonçalves	01/04/2015 a 06/05/2016	200.314.278-98	Rua Doutor Renato Paes de Barro,33, ITAIM BIBI, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21836677, e-mail: mpgoncalves@kmpg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1088-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	SAX AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	09.253.880/0001-82
Período de prestação de serviço	09/05/2016
Descrição do serviço contratado	A Sax Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatórios sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício de 2015 e a partir do 1 ITR 2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A Sax Auditores Independentes recebera uma remuneração 245.000 (Duzentos e quarenta e cinco mil) líquido de tributos
Justificativa da substituição	A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por término do contrato de prestação de serviços entre as partes, estando a companhia em atendimento ao artigo 28 da instrução CVM n. 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ALXANDRE RALF SLAVIC	09/05/2016	182.787.488-02	RUA CORONEL ABILIO SOARES, 261 SL 71 CJ 01, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRE, SP, Brasil, CEP 09020-260, Telefone (11) 28962755, e-mail: alexandre.slavic@saxauditores.com.br



Escritório Administrativo
Av. Getúlio Vargas, 930 – Bairro Marmeleiro
São Roque – Cep: 18130-430
São Paulo – SP – Brasil
Fone: 11-4713-9500
CNPJ: 61.088.894/0001-08

**COMUNICADO AO MERCADO MUDANÇA DE AUDITOR INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM
Nº 308/99**

A CAMBUCI S.A. (“Companhia”), em atendimento ao disposto no Artigo 28 da Instrução CVM nº 308/99, comunica aos seus acionistas, ao mercado e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM a mudança dos auditores independentes para a realização de auditoria externa independente da Companhia 2015 e 2016, ficando a cargo da SAX AUDITORES INDEPENDENTES em substituição à KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A SAX AUDITORES INDEPENDENTES iniciará suas atividades para auditar as demonstrações financeiras de 2015.

A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por término do contrato de prestação de serviços entre as partes.

São Paulo, 09 de maio de 2016.

Roberto Estefano
Diretor de Relações com Investidores



3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	707.000,00	30.528.000,00	17.724.000,00
Ativo Total	267.560.000,00	271.780.000,00	17.724.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	285.919.000,00	283.864.000,00	283.287.000,00
Resultado Bruto	115.538.000,00	123.336.000,00	115.632.000,00
Resultado Líquido	-27.450.000,00	13.986.000,00	331.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	38.552.249	38.552.249	38.552.249
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,018330	0,791860	0,459740
Resultado Básico por Ação	0,362780	0,362700	0,008600

3.2 - Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social das despesas financeiras e da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

Exercício social encerrado em (em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)

EBITDA consolidado	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
EBITDA	45,6	53,8	37,7
Margem EBITDA	16,0%	19,0%	13,3%

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

EBITDA consolidado	2015	2014.	%
Lucro Líquido	-27,4	14,0	-296,3
(+) Depreciações e amortizações	11,0	8,5	29,3
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	60,5	31,4	92,7
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	-0,7	0,1	-564,6
(+/-) IR/CS	2,3		0,0
EBTIDA	45,6	54,0	-15,5
Margem %	2,8	14,4	-80,7.

EBITDA consolidado	2013.	2012	%
Lucro Líquido	0,331	-27,6	-101,2
(+) Depreciações e amortizações	9,753	6,5	49,9
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	27,5	19,5	40,6
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	0,0	0,2	-
EBTIDA	37,6)	-1,3	-104,9%
Margem %	13,3	-05%	-13,8 p.p.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta

3.2 - Medições não contábeis

medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

O Ceará Sporting Club o contrato foi assinado em 10/01/2014 e teria vigência de 01/05/2014 até 31/12/2016, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 26/02/2016, com encerramento previsto para 31/05/2016;

O Cruzeiro Spot Club o contrato foi assinado em 01/08/2014 e teria vigência de 01/01/2015 até 31/12/2017, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 07/04/2016, com encerramento oficial em 31/03/2016;

O Santa Cruz Futebol Clube teve o contrato renovado em 01/04/2014 e teria vigência até 31/12/2019, termino do contrato foi abreviado para 29/02/2016 mediante ao aditivo assinado em 08/04/2016.

A companhia pretende aderir ao programa de parcelamento do ICMS do Estado do Espírito Santo ,conforme estabelecido na lei 10.497 de 26/02/2016 que prorrogou o prazo , para 31 de maio de 2016, para ingresso no programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais, previsto no art. 6º, I e II da lei 10.376 de 08 de junho de 2015

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) regras sobre retenção de lucros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 27.450.000,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e cinquenta mil).

b) regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social é de 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido. Adicionalmente, poderemos remunerar os nossos acionistas a título de juros e imputar o seu valor aos valores do dividendo obrigatório.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2015		Exercício social 31/12/2014		Exercício social 31/12/2013	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se nos últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

De 2009 a 2015 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	267.926.000,00	Índice de Endividamento	1,00136600	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) com relação ao emissor

Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performance* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a “Penalty”. A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, “pirateados” e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de design e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.

Atuamos há 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.

Possuímos apenas dois centros distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais

Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos exercícios de 2012 a 2014, parte substancial de nosso lucro líquido resultou desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, será necessário que promovamos adequações operacionais para que seus resultados financeiros não sofram efeito adverso relevante.

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados.

Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com consequente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) com relação aos nossos acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos nossos acionistas.

d. com relação a nossas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e. com relação a nossos fornecedores

4.1 - Descrição dos fatores de risco

É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são commodities, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas commodities, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

f. com relação aos nossos clientes

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

g) com relação ao setor de atuação

O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e desaquecimento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Proteção do mercado brasileiro

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas “*antidumping*” aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação. Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de “*soucing*”.

i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Internacional

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, podemos ser adversamente afetados por variações em sua economia, instabilidade política e medidas governamentais relacionadas à economia.

Enfrentamos diversos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais em que atuamos, dentre os quais se destacam principalmente:

- (i) interferência de governos locais em políticas econômicas;
- (ii) liberação de licenças para a importação de mercadorias;
- (iii) instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- (iv) deterioração de condições econômicas;
- (v) inflação e taxa de juros;
- (vi) controle de câmbio e restrições de remessa ao exterior;
- (vii) política fiscal e regime tributário;
- (viii) liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
- (ix) outros aspectos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados em que atuamos.

A operação internacional de maior relevância dentre as que atuamos é a Argentina que representou respectivamente, em 2015 ???, 2014, 12,36% e 2013, 12,24% do faturamento bruto consolidado da Companhia.

Exercício social findo em 31 de dezembro de	2015	2014	2013
Crescimento real do PIB	-3,8%	0,1%	2,3%
Inflação IGP-M	10,5%	3,7%	5,5%
Inflação IPCA	10,7%	6,4%	5,9%
Certificado de depósito interbancário – CDI	13,2%	10,8%	8,0%
Taxa SELIC	13,5%	10,9%	8,2%
Taxa de juros de longo prazo (TJLP)	6,2%	5,0%	5,0%
Taxa de câmbio Venda – final do período (R\$/USD)	3,90	2,65	2,34
Taxa de câmbio média – US\$ 1,00	3,33	2,35	2,16

A ocorrência de quaisquer dos fatores de risco acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito adverso para nós.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Analisamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo.

Natureza	Controladora					
	dez/15			dez/14		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	2.951	(1.058)	1.893	1.214	(977)	237
Cível	-	(2.130)	(2.130)	-	(2.505)	(2.505)
Total	2.951	(3.188)	(237)	1.214	(3.482)	(2.268)

Natureza	Conolidado					
	dez/15			dez/14		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	2.951	(1.075)	1.876	1.214	(993)	221
Cível	-	(2.130)	(2.130)	-	(2.505)	(2.505)
Total	2.951	(3.205)	(254)	1.214	(3.498)	(2.284)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.214	-	1.214
(+) Complemento de provisão	1.907	-	1.907
(-) Pagamento de ações	(170)	-	(170)
(+/-) Reversões	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.951	-	2.951

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2015 e 2018.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas.

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos em andamento que totalizam aproximadamente R\$ 34.418 (R\$ 11.115 em 31 de dezembro de 2014) para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de perda com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 1.540 (R\$ 939 em 31 de dezembro de 2014), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 1.975 (R\$ 2.991 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.162.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 28.741 (R\$ 7.185 em 31 de dezembro de 2014).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Processos Cíveis**

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível no montante total de R\$ 1.540.000,00 (Um milhão quinhentos e quarenta mil reais).

Dentre as ações cíveis em que a Companhia figura no pólo passivo descreveu abaixo aquelas que possuem relevância para os negócios da Companhia.

Processo nº 0043313-14-2010.8.17.0001	
a.Juízo	7ª Vara Cível da Comarca de Recife/RE

Processo nº 0041798-62.2005.8.26.0002	
a.Juízo	9ª Vara Fazenda Pública de São Paulo - SP

Processo nº 0126642-44.2007.8-26.0011	
a.Juízo	4ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros - SP

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou excontroladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iii) hipóteses de cancelamento de registro; e

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iv) outras questões do interesse dos investidores

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
			Valor - Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda
CDI	114.444	13,2386%	16,5483%	3.788	19,8579%	7.575
IPCA	1.460	10,6735%	13,3419%	39	16,0103%	78
TJLP	16.669	6,2496%	7,8120%	260	9,3744%	521
TR	231	1,7954%	2,2443%	1	2,6931%	2
Peso Argentina	12.765	0,3604	0,4505	1.150	54,0600%	2.300
Peso Chileno	2.504	0,0050	0,0063	3	0,7500%	6
Fornecedor	8.938	3,3387	4,1734	7.460	500,8050%	14.920
Clientes	1.248	3,3387	4,1734	1.042	500,8050%	2.083
Total	158.258			13.742		27.485

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- (i) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.
- (ii) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

Classificação por categoria	Nota	Controladora		Consolidado	
		Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	8	9.466	14.895	10.858	18.258
		9.466	14.895	10.858	18.258
Aplicações financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento		-	605	-	605
		-	605	-	605
Contas a receber clientes					
	9	48.850	65.211	58.742	74.820
		48.850	65.211	58.742	74.820
Partes relacionadas					
Ativos	12	24.966	29.669	-	-
Passivos	12	897	11.921	-	-
Fornecedores					
	19	25.186	33.841	33.841	33.841
		25.186	33.841	33.841	30.726
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	20	-	17.332	15.269	27.717
Moeda Nacional	20	133.379	102.106	133.379	120.218
		133.379	119.438	148.648	147.935
Debêntures					
	21	5.631	4.316	5.631	4.316
		5.631	4.316	5.631	4.316

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro 2015, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2014.

c.2. Indicadores de inadimplência

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Faturamento bruto (anualizado)	272.171	281.906	339.855	337.904
Total dos títulos vencidos (i)	8.685	10.436	12.163	12.382
Indicadores de inadimplência (i)	3,19%	3,70%	3,58%	3,66%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>				<u>Total</u>
		<u>Até um ano (i)</u>	<u>Entre um e dois anos (i)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (i)</u>	<u>Acima de cinco anos (i)</u>	
Circulante						
Fornecedores	19	33.841				33.841
Empréstimos e financiamentos	21	-	135.784	3.922	8.942	148.648
Debêntures	22	5.631				5.631
Em 31 de Dezembro de 2015		39.472	135.784	3.922	8.942	188.120

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos .

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5.3 - Descrição dos controles internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotados.

5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	29/08/1945
Forma de Constituição do Emissor	Companhia Aberta
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/01/1985

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico do emissor

O Grupo Cambuci é uma multinacional brasileira e construiu sua história com muita coragem, dedicação, esforço e trabalho – características típicas dos brasileiros que continuam sendo os pilares da companhia na busca contínua de melhores resultados e na ampliação do seu território de atuação, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua história começou em 1945, quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano - ainda jovens, mas com muita fibra e empreendedorismo, compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo. Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa, após a aposentadoria do tio Victório. Essa mudança iniciou um novo e promissor ciclo na Companhia, que passa a focar seus trabalhos no mercado esportivo. Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, alguns anos mais tarde, a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube. A década de 70 foi um período de grande crescimento para a empresa. Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, fechou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão (“CBFS”), que acabava de nascer. Constantes investimentos na modalidade por mais de 20 anos, firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada ao universo do futebol, em suas diversas modalidades. Começava, neste momento, a internacionalização da marca Penalty. Antes da metade dos anos 80, a Cambuci tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay. Absorvendo, a partir daí, experiência e tecnologia que lhe permitiram avançar no padrão internacional de seus produtos. Seguindo o caminho da internacionalização, nos anos 90 a Penalty consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se “pé quente”, pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela Penalty, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e 1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo. Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty. Por outro lado, a abertura do mercado brasileiro às importações provocou a entrada de inúmeras marcas esportivas internacionais, tornando o consumidor mais exigente.

Esses acontecimentos foram encarados como um desafio. Em três estados brasileiros, São Paulo, Bahia e Paraíba, modernas fábricas foram inauguradas,

6.3 - Breve histórico

linhas de produtos ampliadas, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além de estratégicos investimentos aplicados no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa. Em 1998 foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Missiones a Usuhaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol. Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos, através da excelente relação custo/benefício ofertada em seus materiais.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico, amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol. Este reposicionamento, focado em uma nova e arrojada identidade visual na reformulação completa do portfólio de produtos e na estruturação da Companhia para a excelência na prestação de serviços e no fortalecimento da marca no mercado internacional; tem por objetivo preparar a Penalty, da melhor forma possível, para os próximos anos, mantendo a marca como um dos maiores expoentes do esporte nacional. Hoje, a Companhia está presente em 14 países, entre os quais alguns através de filiais ou subsidiárias, como Argentina, Chile e Espanha e outros de licenciários, como o Japão – onde acaba de instalar um escritório que servirá como braço para alcançar os demais mercados europeus. Assim sendo, para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações que atendem aos mais exigentes padrões internacionais e produzem materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais. Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo, bem como de atletas de renome internacional. Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente dois mil funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções. Como empresa cidadã, apóia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas. Assim, a Cambuci possui uma história escrita através do apoio incondicional ao esporte, sendo que, através das suas marcas Penalty e Stadium, mantém seu trabalho, ciente de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: “Penalty” e “Stadium”, que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias, e atacadista, para lojas multimarcas. Nossos negócios compreendem: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, vendemos 1,7 milhões de pares de calçados, 2,3 milhões de bolas, 2,0 milhões de produtos de confecção, 0,9 milhões de equipamentos e 5,6 milhões de pares de meias, contribuindo para que alcançássemos receita operacional líquida de R\$ 209,6 milhões e um EBITDA de R\$ 37,1 milhões nesse período. No consolidado, a receita líquida de 2015 foi de R\$ 285,9 milhões, acréscimo de 0,7% ou 2,1 milhões em relação a 2014. Em 2014 em relação a 2013 nossa receita operacional líquida consolidada subiu 0,2%. Nossas marcas “Penalty” e “Stadium” estão associadas a produtos de alta qualidade. Com 70 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias. A “Penalty”, nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil. Nos anos 90, a “Penalty” consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Adicionalmente, nossa marca “Stadium”, fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes “C”, “D” e “E”, com excelente relação custo x benefício. Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado. Nossos produtos são distribuídos por meio de oito lojas próprias, localizadas nas cidades de Itajuípe e Itabuna, no Estado da Bahia, na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, nas cidades de São Roque, Sorocaba, São Miguel, Campinas e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países. No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2015, 3,6% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 96,4% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas. Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha, e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m², onde são produzidas camisetas, calções e meias das marcas “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos, ainda, uma fábrica na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba. No exterior contamos com uma unidade fabril no Paraguai, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados e outra na Argentina. Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB). O processo de fabricação de nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir que busquemos sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo. Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.500 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros. As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias. A Companhia possui ainda filiais na Argentina, Paraguai, Chile e Espanha, além de licenciar a marca “Penalty” no Japão. Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa. A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação, exportação de artigos esportivos. O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes, sendo a distribuição da seguinte forma:

Segmentos	
Bolas	36,2%
Confecções	24,7%
Calçados	25,2%
Meias	7,7%
Equipamentos	6,2%

Adicionalmente também importamos e exportamos de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio (“UEN”). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de formam centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial. Os produtos da Companhia estão representados por duas marca (“Penalty” e “Stadium”), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca “Penalty” no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca “Stadium” no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*. No exterior temos uma UEN para cada filial (Chile, Argentina e Espanha). Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível reporte. A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Nossos produtos são produzidos em 5 fábricas, localizadas no Brasil, no Paraguai e Argentina. Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades. Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, em setembro de 2000, inauguramos nosso primeiro complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da BA com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha. Em fevereiro de 2001, inauguramos a segunda unidade industrial, esta localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia. Com área total construída de 18.500 m², nesta unidade são produzidas camisas, calções e meias da marca “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos ainda 1 fábrica localizada, na cidades de Bayeux, no Estado da Paraíba. No exterior, contamos com uma unidade fabril no Paraguai, inaugurada em abril de 2008, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados das marcas “Penalty” e “Stadium”, e outra unidade localizada na Argentina. Nossas unidades de fabricação próprias nos permitem gerir todo o processo de produção, da compra de matéria-prima ao preço final do produto além de nos proporcionarem uma redução dos custos de produção, automação e melhoria da qualidade dos nossos produtos. Trabalhamos regularmente para aumentar a eficiência de nossas operações.

Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade. Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas: - Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Meião Kanguru – produto único no segmento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0 – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- Sistema d-Tech – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

- Tecnologia Sensor – o exclusivo couro Sensor, genuinamente brasileiro, possui características diferenciadas para a melhor prática do futebol. Tem uma construção mais leve e resistente, com tratamento hidrofugado. Ajuste perfeito aos pés, permitindo passes precisos, chutes certos e conforto máximo no uso.

- Tecnologia Tênis – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tênis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, agora presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- Tecnologia Polipró – meias mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.

- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.

- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, facilita o manuseio do produto, exigindo meio esforço ao inflar a bola. Reduz em 50% o esforço do consumidor.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

b) características do processo de distribuição

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em Outlet, lojas conceito e lojas de Clubes patrocinados pela Companhia. Utilizamos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de departamentos e grandes varejistas. A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega. **c) características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e** Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado. **(ii) condições de competição nos mercados** O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, conseqüentemente construindo o cenário das marcas locais. Clientes como Centauro, Netshoes e Paquetá representam mais 60% das vendas de marcas como Nike e Adidas. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, positivação e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o *mix* e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Por fim, o mercado mostrasse cada vez mais restrito no tocante a escolha\posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos e maior relevância comercial e de marketing. Continuamos, conseguindo nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nilke e Adidas. **d) eventual sazonalidade** Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial. **e) principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;** Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado. **(ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e** O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas. **(iii) eventual volatilidade em seus preços.**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2015, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:

- **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental – O**

Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

- **Reuso de água do processo de serigrafia - Nosso foco é a ecoeficiência.**

Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2015, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 161m³/mês.

- **Combustível Biodegradável – Utilizamos ainda combustível**

biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2015 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê) . Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

Outras práticas sócio ambientais:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
- Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Monitoramento de lançamento de efluentes;
- Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
- Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
- Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

Os resíduos de Classe II enviamos para uma empresa recicladora que utiliza tecnologia de coprocessamento uma técnica de destruição térmica de resíduo com recuperação energética e substituição de matéria prima no processo de produção de clínquer (cimento).

• **Educação e Conscientização Ambiental** - busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2015, a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade.

• **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2015, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

• **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental – O**

Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Reuso de água do processo de serigrafia** - Nosso foco é a ecoeficiência. Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2015, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou **161m³/mês**.
- **Combustível Biodegradável** – Utilizamos ainda combustível biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2015 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê) . Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2015, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$ 289.399 mil, representando 85,6% do montante faturado no período.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia País R\$(mil) %

País	R\$(mil)	%
Argentina	-	-
Espanha	-	-
Outros	99.703	100 %
Total	99.703	100 %

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2015, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$ 99.703 mil representando 100,0 % do montante faturado no período.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

A Companhia elabora e divulga balanço social, que está disponível no endereço eletrônico na rede mundial de computadores da CVM e da Companhia, podendo ser acessado através do link:

http://investidores.cambuci.com.br/site/index.php?acao=arquivo&pagina_id=64&id_pai=3&id_filho=64

Informamos que esta Cia. não participará do “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, tendo em vista que a empresa divulga o seu Balanço Social no endereço eletrônico acima mencionado.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a) controladores diretos e indiretos

Nossos acionistas controladores diretos são Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas:

Acionista	Ações		
	Preferenciais	Ordinárias	(%) do Capital Social
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	-	2.337.432	06,06%
Roberto Estefano	4.499.679	4.662.648	23,77%
Eduardo Estefano Filho	3.497.037	2.334.684	15,13%

Nosso acionista controlador indiretos é Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas na sociedade Três Marias Incorporações e Construções Ltda.:

Sócios	Quotas	(%) Quotas
Eduardo Estefano Filho	1.381.332	100%
Total	1.381.332	100%

Para mais informações sobre Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho, vide item 15.1 deste Formulário de Referência.

b) controladas e coligadas

Até a presente data, detemos participação societária nas seguintes sociedades: Latinline S/A, Impar Sports Ltda., Penalty Argentina S/A, Penalty Chile, Impar Paraguay, Cambuci Importadora Ltda., Era Sports Ltda. E Penalty Ibéria S.L.

c) participações do emissor em sociedades do grupo Sociedade Participações em % (2015)

Sociedade	Participação em % (2015)
LatinlineTrade S/A	100,00
Impar Sports Ltda	98,00
Penalty Argentina S/A	95,00
Penalty Chile	75,00
Impar Paraguay	96,70
Cambuci Importadora Ltda.	99,99
Era Sports Ltda.	99,99
Penalty Ibéria S.L.	100,00

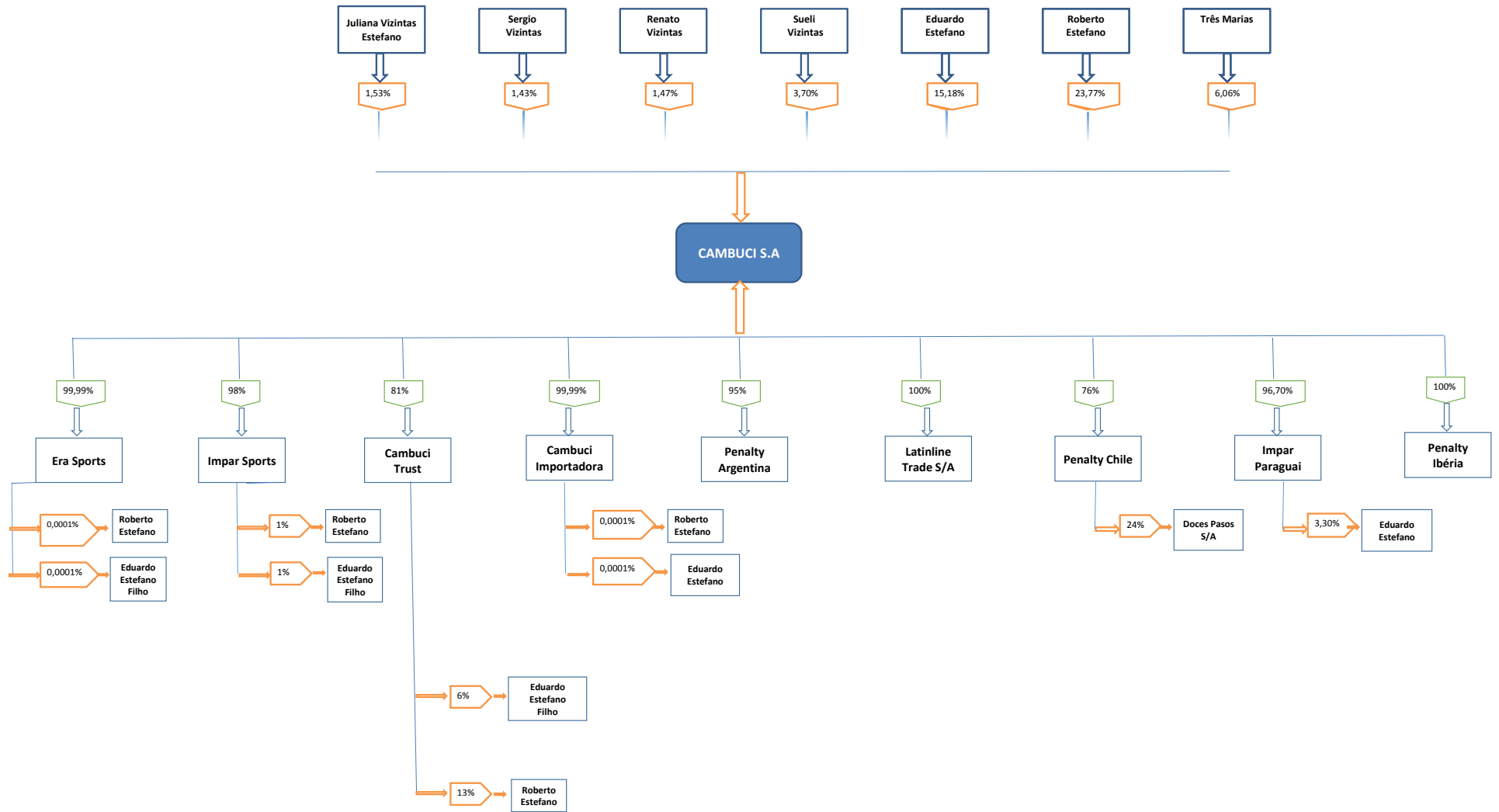
d) participações de sociedades do grupo no emissor

8.1 - Negócios extraordinários

Nenhuma outra sociedade do grupo detém participação em nosso capital social.

e) sociedades sob controle comum

Não possuímos sociedades sob controle comum.



8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há outras informações relevantes

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que julguemos relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1 (a) a 9.1 (c) abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Brasil	SP	São Roque	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itabuna	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itajuípe	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Penalty	Indeterminado	Inexistente	Inexistente
Marcas	Stadium	Indeterminado	Inexistente	Inexistente

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Comércio de artigos destinados a pratica de esportes	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-6.431.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
ERA SPORTS LTDA.	00.011.241/0001-36	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio, importação e exportação de artigos esportivos	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	28.047.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Impar Paraguay	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Paraguai		Hernandarias	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	96,700000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	3.991.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Industrialização, comercialização atacadista, varejista e interativa, e representação de artigos esportivos	98,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-16.808.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Latinline Trade S/A	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai		Montevideo	Administração de investimentos e operações no exterior	100,000000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	3.847.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penalty Argentina	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	95,000000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	8.029.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Penalty Chile	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile		Santiago	Comercialização de artigos esportivos	76,000000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-412.000,00		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penatly Iberia L.C	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Espanha		Madri	Comercio, Importação, Exportação, Revenda e Representação de Materiais Esportivos	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu plano de crescimento e desenvolvimento sustentável, cumprindo com todas as suas obrigações, agindo pró-ativamente em busca das melhores oportunidades.

2015 foi um ano bastante instável para economia brasileira, começou com uma forte desvalorização da moeda frente ao dólar, um aumento na taxa básica de juros de 11,75 para 14,25%, numa tentativa do banco central de conter a inflação que, ainda assim, ficou acima dos 10%, a maior desde 2002. O aumento na taxa de desemprego e a queda na renda do trabalhador consolidaram o conhecido cenário de desaceleração que marcou história e encerrou o ano com queda de 3,8% do PIB.

Além dos efeitos negativos para a economia, tivemos ainda a crise política no Governo Federal e o rebaixamento da nota do país pela agência de classificação de risco Standard & Poor's, que retirou o nosso grau de investimento, que constitui um grande retrocesso para país frente a comunidade internacional.

No Setor Varejista houve retração de 4,3%, a maior queda já registrada pelo IBGE desde que iniciou a série em 2001, assim como no setor industrial onde a queda foi ainda maior, de 8,3%, resultado que foi fortemente impactado pelo setor automotivo, apesar da queda generalizada nos 26 ramos de atividade avaliados pelo IBGE.

Diante do cenário desafiador que marcou o ano de 2015 a companhia se deparou com a necessidade de promover grandes transformações. Encerramos nossas atividades no Paraguai, onde os custos de mão de obra da fábrica de confecções sofreram grande pressão em função da variação cambial entre Guarani e Real, o que inviabilizou a continuidade da produção na planta. A produção foi transferida para a fábrica da Bahia, onde já funcionou anteriormente.

A nacionalização das principais matérias primas importadas foi intensificada a partir de setembro de 2015, de modo a reduzir o efeito da desvalorização do real frente ao dólar e, até o primeiro trimestre de 2016 praticamente 90% das matérias primas serão nacionalizadas, impactando positivamente os custos de produção.

A maior parte das bolas importadas também foi substituídas pelas de produção nacional, e até meados de 2016 100% das nossas bolas serão produzidas no Brasil.

Os trabalhos para aumento do volume de exportações estão em andamento, com resultados esperados para meados de 2016 em diante.

A Receita líquida cresceu 0,7%, impulsionada principalmente pelo aumento de 39,7% na receita das empresas controladas (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai), comparado ao mesmo período de 2014. No Brasil a receita líquida apresentou queda de 8,6%, acompanhando desempenho do setor industrial segundo os indicadores do IBGE.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado financeiro líquido no 4T15 foi de 20,7 MM, e de 60,5 MM em 12M15, com aumento de 29,1 MM comparado ao mesmo período de 2014, resultado impactado principalmente pelo aumento da taxa de juros e desvalorização do Real frente ao dólar no decorrer do ano

A Companhia está trabalhando fortemente na reestruturação e alongamento do seu endividamento, assessorada por empresa especializada em reestruturação financeira, no processo de re-equacionamento de suas dívidas financeiras de curto prazo, visando adequar os desembolsos à sua geração de caixa, melhoria do capital de giro, redução das despesas financeiras e consequente melhora dos resultados.

O orçamento de 2016 foi elaborado com orientação rigorosa no controle de despesas, refletindo assim uma redução de 27% nas despesas operacionais quando comparado a 2015.

Continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, na alocação criteriosa dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento sólido e consistente nos mercados de atuação.

- ✓ A Receita Líquida do 4T15 foi de 40,9 MM, recuo de 42,8% comparado ao 4T14. Em 12M15 houve crescimento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2014;
- ✓ O Lucro Bruto do 4T15 foi de 14,3 MM com Margem Bruta de 34,9%. Em 12M15 foi de 115,5 MM, recuo de 6,3% comparado aos 12M14;
- ✓ As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas aumentaram 12,8% no 4T15, em comparação ao 4T14, e aumentaram 1,1% em 12M15 comparado aos 12M14;
- ✓ O EBITDA do 4T15, sem os eventos não recorrentes, foi de -13,5 MM e de 7,9 MM em 12M15 comparado a 40,8 MM em 12M14;
- ✓ A Margem EBITDA no trimestre foi de -33,1% e 2,8% em 12M15 excluindo-se os eventos não recorrentes;
- ✓ O prejuízo do trimestre foi de 1 MM, e o acumulado em 12M15 foi de 27,4MM, fortemente impactado pela queda nas vendas no último trimestre, aumentos de custos, aumento das despesas operacionais e das despesas financeiras;

Indicadores de Resultados Consolidado R\$ Milhões	4T15	4T14	Var. %	12M15	12M14	Var. %
Receita Líquida	40,9	71,5	-42,8%	285,9	283,9	0,7%
Lucro Bruto	14,3	30,8	-53,6%	115,5	123,3	-6,3%
Margem Bruta	34,9%	43,0%	-18,8%	40,4%	43,4%	-7,0%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	30,7	27,3	12,8%	109,0	107,8	1,1%
EBITDA	24,2	4,5	436,9%	45,6	53,8	-15,2%
Margem EBITDA	59,1%	6,2%	853,0%	16,0%	19,0%	-15,8%
EBITDA sem eventos não recorrentes	-13,5	7,5	-281,2%	7,9	40,8	-80,6%
Margem EBITDA sem eventos não recorrentes	-33,1%	10,5%	-415,0%	2,8%	14,4%	-80,7%
Lucro Líquido/Prejuízo	-1,0	-6,3	-83,4%	-27,4	14,0	-296,3%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

lote de mil ações	Período de janeiro a Dezembro de 2015		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	(27.450)	(27.450)	(27.450)
Media ponderada das ações em circulação durante o período	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	<u>(0,00210)</u>	<u>(0,00108)</u>	<u>(0,00071)</u>

lote de mil ações	Período de janeiro a Dezembro de 2014		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	13.986	13.986	13.986
Media ponderada das ações em circulação durante o período	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	<u>0,001069</u>	<u>0,000549</u>	<u>0,000363</u>

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros, bem como mantido a assiduidade no pagamento desses compromissos.

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial 2015, até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Nota	Consolidado				Total
		Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante						
Fornecedores	19	33.841				33.841
Empréstimos e financiamentos	21	-	135.784	3.922	8.942	148.648
Debêntures	22	5.631				5.631
Em 31 de Dezembro de 2015		39.472	135.784	3.922	8.942	188.120

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas por meio da utilização dos instrumentos clássicos de captação, em especial por financiamentos junto a diversas instituições brasileiras e internacionais. Entre suas diversas fontes de financiamento estão BNDES, Finimp, operações de créditos mercantis (leasing) e empréstimos de capital de giro. O bom relacionamento que a Companhia tem mantido com algumas instituições financeiras e sua transparência junto ao mercado tem garantido a oferta de crédito em patamares adequados no que toca preço e prazo.

Nos anos de 2015, 2014 a principal fonte de financiamento da Companhia foi o capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável, pois nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas através de caixa e equivalentes de caixa, que ao final de 2015 representavam R\$ 10.858. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com obrigações vincendas no curto prazo ou qualquer outra deficiência de liquidez, a Companhia poderá também contar com linhas de crédito contratadas com bancos de primeira linha.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro dos anos de 2012, 2013 e 2014, o endividamento apresentava a seguinte composição:

	Encargos Financeiros Médios	Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda corrente - R\$				
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	57.953	52.715	30.559
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	16.581	14.684	12.228
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	25.309	34.180	37.295
Desenbahia - BNDES (19.1)	TJLP	17.615	19.409	21.350
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	371	524	228
Barclays	0%	0	656	2297
Leasing	1,04% a 1,24%	550	313	318
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.839	2.371	3.178
		120.218	124.852	107.453
Em moeda estrangeira - US\$				
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	4.719	9.129	15.475
Capital de giro	90% da CDI (principal dólar, juros reais)	12.613	8.818	9.347
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	10.385	12.591	14.368
		27.717	30.538	39.190
		147.935	155.390	146.643

	Encargos Financeiros Médios	Controlador a		Consolidado	
		dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI + 5,86% a.m.	114.444	56.422	114.444	57.953
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	-	-	-	16.581
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	536	25.309	536	25.309
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	16.133	17.615	16.133	17.615
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	231	371	231	371
Leasing	1,04% a 1,24%	575	550	575	550
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.460	1.839	1.460	1.839
		133.379	102.106	133.379	120.218
Em moeda estrangeira - US\$					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	-	4.719	-	4.719
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	12.613	15.269	12.613
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	-	-	-	10.385
		-	17.332	15.269	27.717
		133.379	119.438	148.648	147.935
Passivo circulante		116.698	82.997	131.967	105.253
Passivo não circulante		16.681	36.441	16.681	42.682

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento das dívidas referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015.

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
2013	0	0	75.411
2014	0	86.505	27.308
2015	105.253	27.086	17.800
2016	28.249	20.624	8.628
2017	6.404	9.056	2.759
2018	1.338	2.029	2.644
2019	1.338	2.018	2.529
2020	1.338	2.018	2.415
2021 em diante	4.015	6.054	7.149
Total	147.935	155.390	146.643

	Consolidado	
	2015	2014
2014	-	-
2015	-	105.253
2016	131.967	28.249
2017	3.817	6.404
2018	1.966	1.338
2019	1.956	1.338
2020	1.956	1.338
2021 em diante	6.986	4.015
Total	148.648	147.935

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

(a) Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$ 16.133 (controladora e consolidado).

(b) Operações em moeda estrangeira

	Encargos Financeiros Médios	Penalty	Penalty	Total
		Argentina	Chile	
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	12.765	2.504	15.269
		12.765	2.504	15.269

c) Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	5.631	4.316	5.631	4.316
Passivo circulante		5.631	4.316	5.631	4.316
Passivo não circulante		-	-	-	-
		5.631	4.316	5.631	4.316

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em janeiro de 2015, a Companhia renegociou em 24 parcelas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontrava-se adimplente com a atual operação, sendo que o correspondente saldo será integralmente liquidado durante o exercício de 2017.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas atuais da Companhia. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia citados nos itens acima possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

Não temos qualquer restrição ou previsão de alguma alienação de ativos, exceto aqueles dados em garantia para obtenção de financiamentos, ou emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

As operações de financiamentos são referentes à captação de recursos de capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas.

Todos os contratos possuem garantias suportadas por duplicatas mercantis e bens do ativo imobilizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A análise horizontal e vertical das variações significativas em contas patrimoniais encontra-se a seguir:

	31.12.2013	A.V.%(1)	31.12.2014	A.V.%(1)	31.12.2015	A.V.%(1)	Variação		Variação	
							2014/2013	A.H.%(2)	2015/2014	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
Ativo circulante										
Caixa e equivalente de caixa	23.370	9,5%	18.258	6,7%	10.858	4,1%	(5.112)	-21,9%	(7.400)	-40,5%
Contas a receber de clientes	68.640	28,0%	74.820	27,5%	58.742	22,0%	6.180	9,0%	(16.078)	-21,5%
Venda de marcas a receber			-		39.048					
Estoques	57.920	23,7%	59.479	21,9%	51.993	19,4%	1.559	2,7%	(7.486)	-12,6%
Tributos a recuperar	6.275	2,6%	5.490	2,0%	4.281	1,6%	(785)	-12,5%	(1.209)	-22,0%
Despesas Pagas Antecipadamente	5.787	2,4%	5.756	2,1%	382	0,1%	(31)	-0,5%	(5.374)	-93,4%
Outros créditos	18.526	7,6%	8.289	3,0%	14.851	5,6%	(10.237)	-55,3%	6.562	79,2%
Total do ativo circulante	180.518	73,7%	172.092	63,3%	180.155	67,3%	(8.426)	-4,7%	(30.985)	4,7%
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	-	0,0%	605	0,2%	-	0,0%	605	0,0%	(605)	-100,0%
Depósitos judiciais	1.740	0,7%	3.498	1,3%	3.205	1,2%	1.758	101,0%	(293)	-8,4%
Demais contas a receber	3.190	1,3%	21.480	7,9%	21.981	8,2%	18.290	573,4%	501	2,3%
Despesas pagas antecipadamente	-	0,0%	447	0,2%	-	0,0%	447	0,0%	(447)	-100,0%
Outros investimentos	1.115	0,5%	316	0,1%	266	0,1%	(799)	-71,7%	(50)	-15,8%
Imobilizado	52.636	21,5%	67.035	24,7%	60.091	22,5%	14.399	27,4%	(6.944)	-10,4%
Intangível	5.664	2,3%	6.307	2,3%	1.862	0,7%	643	11,4%	(4.445)	-70,5%
Total do ativo não circulante	64.345	26,3%	99.688	36,7%	87.405	32,7%	35.343	54,9%	(12.283)	-12,3%
Total do ativo	244.863	100,0%	271.780	100,0%	267.560	100,0%	26.917	11,0%	(43.268)	-1,6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do Balanço Patrimonial, é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

O saldo apresentado em 31/12/2014 é de R\$18.258 o que apresenta uma diminuição de 21,9% em relação a 31/12/2013. Essa diminuição é explicada devido a amortização de empréstimos, pagamentos a fornecedores e recolhimento de tributos.

Estoques

Em 2015 apresenta o saldo de R\$51.993 uma redução de 12,6% em relação a 2014.

Em 2014 em relação à 2013 houve uma redução de R\$ 1,5 milhões devido ao crescimento nas vendas.

Demais contas a receber

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante correspondem, substancialmente, à ação transitada em julgado da Eletrobrás, reclassificação do ativo circulante e reconhecimento de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de decisão proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

Imobilizado

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicativos que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável de realização. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicativos de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (impairment), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas

Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A análise horizontal e vertical das variações significativas na demonstração do resultado do exercício e

	<u>31.12.2013</u>	<u>A.V.%(1)</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>A.V.%(1)</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>A.V.%(1)</u>	<u>2014</u>
	(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)						
Receita Operacional Líquida	283.287	100,0%	283.864	100,0%	285.919	100,0%	
Custos dos produtos e serviços vendidos	(167.655)	-59,2%	(160.528)	56,6%	(170.381)	59,6%	7
Lucro bruto	115.632	159,2%	123.336	43,4%	115.538	40,4%	7
Receitas (despesas) Operacionais							
Comerciais	(97.937)	-34,6%	(81.158)	-28,6%	(73.006)	-25,5%	16
Administrativas e gerais	(28.976)	-10,2%	(27.601)	-9,7%	(36.003)	-12,6%	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	
Outras receitas operacionais, líquidas	39.077	13,8%	30.951	10,9%	28.123	9,8%	(8
	(87.836)	-31,0%	(77.808)	-27,4%	(80.885)	-28,3%	10
Lucro antes do resultado financeiro	27.796	9,8%	45.528	16,0%	34.653	12,1%	17
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	(36.699)	-13,0%	(40.339)	-14,2%	(77.373)	-27,1%	(3
Receitas financeiras	9.167	3,2%	8.938	3,1%	16.874	5,9%	
	(27.532)	-9,7%	(31.401)	-11,1%	(60.499)	-21,2%	(3
Lucro antes do Imposto de renda e CSL	264	0,1%	14.127	5,0%	(25.846)	-9,0%	13
Imposto de renda e CSL	-	0,0%	-	0,0%	(2.260)	-0,8%	
Atribuíveis aos acionistas não controladores	67	0,0%	(141)	0,0%	655	0,2%	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	331	0,1%	13.986	4,9%	(27.450)	-9,6%	13
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	0,000086		0,3627900		(0,712030)		

2020.

Formulário de Referência - 2016 - CAMBUCI SA

O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social na rubrica impostos sobre vendas, no grupo de deduções de vendas de 2015 foi de R\$ 20,1 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Receita Líquida em 2015 apresentou um acréscimo de 0,7%, passando de R\$ 285,9 milhões em 2014 para R\$ 283,4 milhões.

Despesas com vendas e administrativas

A diminuição das despesas com vendas se deve a economia produzida através de um intenso controle de despesas implantado pela administração, além de revisão e rescisão de contratos de fornecimento de material esportivo com clubes de futebol, renegociação de contratos de prestação de serviços, fretes e despesas de viagens. Os efeitos destas mudanças contribuíram positivamente nos resultados de 2015, e serão maximizados de 2014 em diante.

O aumento das despesas administrativas foi de R\$ 8,4 milhões em relação a 2014, foi em função de gastos pontuais com serviços de terceiros, consultoria e outros gastos administrativos nas coligadas

Receitas / despesas financeiras

Em 2015 as Receitas Financeiras do 4T15 registraram aumento de 1,5 MM comparado ao mesmo período de 2014, em função da variação cambial na controladora e filiais.

As Despesas Financeiras do 4T15 registraram aumento de 13,4 MM comparado ao 4T14. Em 12M15 o aumento foi de 37,1 MM comparado ao mesmo período de 2014, impactados por aumento dos juros sobre empréstimos, juros sobre impostos e fornecedores, despesas bancárias e variação cambial.

Em 2014 as receitas financeiras totalizaram R\$ 8,9 milhões contra R\$ 9,2 milhões em 2013, representando uma variação negativa de R\$ 0,3 milhões.

Em 2013 houve uma redução de R\$ 8,1 milhões em relação ao ano de 2012.

Por outro lado, as despesas financeiras aumentaram em R\$ 3,6 milhões, passando para R\$ 40,3 milhões em 2014 (R\$ 36,7 milhões, em 2013). Essa variação decorreu, devido ao aumento de Juros c/ Empréstimos e Financiamentos, em

bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e COFINS.
Em 31 de dezembro de 2013, os principais valores que compõem essa rubrica correspondem a:

Em 31 de dezembro de 2014, os valores que compõem substancialmente essa rubrica correspondem, vendas de matérias-primas e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e COFINS.

A Companhia obteve benefício fiscal decorrente de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, cujo valor corresponde a R\$ 16.062 e foi utilizado para quitação de tributos federais incluídos no REFIS.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social de 2015 foi de R\$ 20.017 mil. No exercício social encerrado em 2014 a subvenção foi de R\$ 19.567 mil.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia finalizou o ano de 2015 com prejuízo de R\$ 27,4 milhões, contra um lucro de R\$ 13,9 milhões em 2014.

Venda da marca Penalty no Japão: Em dezembro de 2015 a Companhia realizou a venda da sua marca Penalty, somente no território japonês, para a empresa Winsports Co. Ltd., no montante de USD\$ 10 milhões, que representa R\$ 39 milhões

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Nossa receita de venda decorre, principalmente, da venda dos nossos produtos no mercado interno e externo. Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificação de preços.

Assim, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação no volume de vendas e nos preços de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros, não sendo possível estimar o impacto de cada um desses fatores individualmente, dada a complexidade do negócio.

A Receita Líquida em 2015 apresentou um aumento de 0,7%, em relação a 2014, passando de R\$ 283,9 milhões para R\$ 285,9 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os negócios da Cambuci são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

A inflação poderá afetar nossos resultados operacionais, uma vez que os principais custos e despesas operacionais são denominados em reais e sujeitos aos efeitos da inflação. Um aumento na taxa de inflação no Brasil poderá aumentar o custo de nossos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas. Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços.

Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente nossas vendas e custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar nossos resultados e lucratividade.

Estamos sujeitos também aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e nossos resultados operacionais e financeiros. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações, mas principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar nossos negócios, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – Orienta sobre os critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisição de participações em negócios em conjunto de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3 (Combinação de Negócios). A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização – As alterações fornecem orientações adicionais sobre como a depreciação ou amortização de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis devem ser contabilizados. As alterações também esclarecem que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado e limita a utilização para o cálculo de amortização. A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 6 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge: ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012 e Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

c.1) ressalvas presentes no parecer do auditor

Não temos histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes.

c.2) ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, enfatizam, que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Cambuci S/A** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

3.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de Maio de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 7.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 7.10, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota. 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Notas. 26.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

6. Novas normas, alterações e interpretações de normas

6.1 Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se

10.5 - Políticas contábeis críticas

qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões.

- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge: ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

6.2 Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início

10.5 - Políticas contábeis críticas

em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012 e Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1o. de janeiro de 2016 ou após essa data.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e

10.5 - Políticas contábeis críticas

tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta resultado de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo

7.1 Base de consolidação

do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intraCompanhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intraCompanhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

7.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7.4 Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

7.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

7.6 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

7.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

7.8 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

7.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As perdas no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

7.10 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|------------|
| • Edifícios | 25-50 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10-15 anos |
| • Móveis e utensílios | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.11 Ativo Intangível

(i) *Marcas e patentes*

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(ii) *Softwares*

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos

10.5 - Políticas contábeis críticas

diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(iii) Ponto comercial

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

(iv) Amortização

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

7.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

7.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

7.15 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

7.16 Instrumentos financeiros

(i) *Classificação*

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 9), aplicações financeiras (Nota 10),

10.5 - Políticas contábeis críticas

contas a receber de clientes (Nota 11), demais contas a receber (Nota 16), conta corrente com empresas ligadas.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

(ii) *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

7. Principais políticas contábeis (continuação)

7.16 Instrumentos financeiros (continuação)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)*

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- d) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- e) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

a) **Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis**

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O saldo dessa estimativa de perda corresponde aos títulos vencidos

10.5 - Políticas contábeis críticas

há mais de dois anos da carteira do contas a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

b) **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivesse alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de "outros resultados abrangentes" para o resultado do exercício.

Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

7.17 **Redução ao valor recuperável (Impairment)**

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a

10.5 - Políticas contábeis críticas

unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

7.18 Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 26).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

7.19 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

7.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

10.5 - Políticas contábeis críticas

7.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) através da deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras atendem a qualidade, rescisão e a confiabilidade das informações e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. A Companhia está avaliando a migração de seu atual sistema integrado de gestão E.M.S Totvs, para outro sistema a partir de 2015, visando maior agilidade, controles internos mais robustos e eficazes, e integração aos processos.

b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O relatório dos nossos auditores independentes com relação aos nossos controles internos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que utilizamos para fins de elaboração de das demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não realizamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e,

Não aplicável.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas.

Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até ~~2014~~2015.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice presidente, que substituirá o

Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;

b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;

c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

quaisquer outros atos;

i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;

l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;

n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;

r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;

s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

Conselho Fiscal

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; e; (b) 1(um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “Warrants”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;

Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;

As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente: (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração.

Diretores Executivos Adjuntos:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos: (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade; (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e (c) colaborar com os Diretores Presidente e Superintendente no exercício de suas funções.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as nossas Assembleias Gerais serão convocadas mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, que, no caso da Companhia, é o Valor Econômico ou Jornal da Tarde do Estado de São Paulo. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

b) competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos físicos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Pedroso de Moraes, 1553, 3º Andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM na rede mundial de computadores www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses:

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral, referido acionista está vedado de proferir o seu voto. Não possuímos mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada, conforme necessário.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A deliberação tomada em decorrência de voto de acionistas que tenha interesse conflitante com a Companhia é anulável, respondendo referido acionista pelos danos causados à Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Caso esse acionista tenha auferido vantagem indevida em decorrência de voto proferido em conflito de interesse, deverá transferir tal vantagem à Companhia.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A administração da Companhia nunca solicitou procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Não adotamos formalidades especiais para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além das estabelecidas na legislação aplicável.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

Não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas.

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2015.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

CAMBUCI SA

Avenida Getúlio Vargas, 930,
Marmeleiro, São Roque/SP, cep
18130-430

a) frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas.

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2015.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.



12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Cesar Alberto Ferreira		Pertence apenas à Diretoria	04/01/2016	1 ano	0
360.666.051-00	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	04/01/2016	Sim	0%
Diretor Presidente					
Maria Aparecida Inacio da Silva		Pertence apenas à Diretoria	04/01/2016	1 ano	0
007.543.386-90	Administradora de Empresas	19 - Outros Diretores	04/01/2016	Sim	0%
Diretor Executivo		Diretor Executivo			
Manuel Roberto Bravo Caldeira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano	0
029.428.328-51	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2014	Não	0%
Eduardo Estefano Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano	0
067.527.138-04	Engenheiro Textil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
ROBERTO ESTEFANO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/01/2016	1 ano	0
067.524.468-49	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/01/2016	Sim	0%
Diretor de Relações com Investidores.					
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
026.230.088-50	Adminstrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Roberto Massayuki Hara		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
860.121.858-04	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Sergio Renato Escatolin	03/07/1977	Conselho Fiscal	30/05/2016	1	0
183.679.998-51	Administrador financeiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/05/2016	Sim	0.00%
Clovis Ailton Madeira		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
253.599.328-72	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Jose Roberto Pereira Rios		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
555.992.578-00	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
491.893.018-20	Engenheiro Textil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Cesar Alberto Ferreira - 360.666.051-00

Iniciou na carreira como vendedor de tecidos aos 13 anos de idade, trabalhou na instituição Banco Itaú por 5 anos nas áreas contábil e financeira até 21 anos de idade.

Iniciou no Grupo Alemão Würth em março 1987 onde atuou nas áreas de Vendas, marketing , Produtos , chegando ao Posto de CEO em Jan/1997 , cargo ocupado por 18 anos até Abril/2015. Pesquisas de mercado em empresas do Grupo Würth na Alemanha, Itália ,Espanha , Franca e Finlândia visando trazer novos negócios para o Brasil, como Energia Solar e indústria química .

Liderou projeto de entrada em novos mercados, abrindo 4 novas divisões no Brasil , responsável pelo projeto de aquisição de 2 empresas no Brasil para o grupo no período de 2003 a 2008 , participou do processo de fundação e formação de equipes Würth na América Latina e Central (Argentina, Uruguai ,Colômbia, Chile, Panamá , México ,Republica dominicana ,Peru) . Liderou projeto de multiplicação agressiva , dobrando a empresa 2 vezes num período de 6 anos , atingindo 1800 colaboradores sendo 1400 em vendas com faturamento anual de 350 milhões em Dez/2014.

Maria Aparecida Inacio da Silva - 007.543.386-90

Administradora de Empresas e atualmente exercendo cargo de Diretora Supply da Cambuci S/A.

Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04

Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor Superintendente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçariçuama, Alumínio e Mairinque.

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor presidente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é Diretor de Relação com Investidores da Cambuci. É Membro da Abriesp – Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Industriais de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE – Associação Brasileira de Artigos Esportivos e do Board da World Federation Of The Sporting Goods Industry.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCCAMP

Experiência Profissional : Iniciou sua carreira na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria, na qual permaneceu até o momento como um de seus sócios.

Roberto Massayuki Hara - 860.121.858-04

Colaborador do Moinho Pacífico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacífico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as trading's Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade

Sergio Renato Escatolin - 183.679.998-51

Autuou como administrador financeiro no 15 anos no Moinho Pacífico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e câmbio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacífico. Colabora no "family office" do empresário Lawrence Pih respondendo pela gerência administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda.

Clovis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência Profissional: Sócio Diretor da Directa Auditores. Atualmente membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Jose Roberto Pereira Rios - 555.992.578-00

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela UNISO – Universidade de Sorocaba

Experiência profissional: exerceu atividades como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Cambuci S/A.

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saúde Pública - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação (Grupo Giorgi) - Engenheiro de Produção, Textil - Cia Textil Tangará (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Sperm do Nordeste (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Atualmente não temos comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação Com Investidores				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015Administrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.

00.011.241/0001-36

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.

04.504.429/0001-77

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.

00.734.109/0001-52

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Penalty Argentina S/A. Administrador	61.088.894/0001-08		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Três Marias Incorporações e Construções Ltda. Socio Quotista e Administrador	50.918.622/0001-71		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2014			
<u>Administrador do Emissor</u> ROBERTO ESTEFANO		Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	50.918.622/0001-71		
Socio Quotista			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.13 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Descrição da política ou prática de remuneração inclusive da diretoria não estatutária:

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do nosso Conselho de Administração tem como objetivo atração e retenção dos melhores talentos, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

Acreditamos que uma administração profissional composta por executivos de alto nível apresenta um diferencial competitivo que impacta positivamente no retorno dos nossos negócios.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas a honorários fixos, independente do número de convocações. Em razão da nossa situação financeira, os membros do nosso Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários fixos nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa e uma remuneração variável através de bônus anual, além de benefícios indiretos.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal, para cada membro em exercício, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos nossos diretores estatutários, não computados os benefícios e outras verbas de representação e participação nos lucros, conforme previsto no art. 162, § 3º, da Lei das S.A..O montante anual da remuneração do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral, previamente à efetiva distribuição.

Os membros do Conselho Fiscal, ainda, recebem reembolso das despesas de locomoção e de estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Não possuímos Comitês instalados.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

75% (cinquenta por cento) da remuneração da nossa Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte e cinco por cento) ao bônus anual e 5% (vinte e cinco por cento) aos benefícios indiretos.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Diretoria Estatutária

Para definição dos valores de remuneração, correção salarial e benefícios pagos por nós à nossa Diretoria Estatutária utilizamos os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de *performance* individuais.

Os valores de remuneração pagos à Diretoria Estatutária são definidos anualmente em Assembleia Geral utilizando-se critérios de mercado compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração é paga entre os membros da Diretoria nas proporções determinadas pelo Conselho de Administração em reunião própria.

Individualmente, os valores de remuneração pagos aos diretores estatutários são comparados periodicamente com o mercado por meio de pesquisas, tendo como referência pesquisas realizadas pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., (especializada em remuneração) e pelo IBGC sobre a remuneração dos administradores, além de informações coletadas em jornais e revistas especializadas em negócios e, visando avaliar sua competitividade e, eventualmente, a necessidade de reajustes em razão de algum dos componentes da remuneração, além do desempenho desses executivos em suas respectivas áreas de responsabilidade.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para a definição dos valores de remuneração dos membros efetivos do nosso Conselho de Administração, o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa o recrutamento e a retenção de profissionais qualificados e adequados às nossas necessidades, interessados no aumento da nossa lucratividade. A remuneração da nossa Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da parcela da remuneração fixa dos executivos da Companhia são utilizados os dados obtidos mediante a realização anual de pesquisa salarial, conforme descrito no item 13.1 (iii) deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Para a determinação do incentivo de curto prazo, a Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas, vinculadas: (i) aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia; e (ii) aos indicadores de *performance* coletiva e individual. Ambos os indicadores podem variar anualmente, sendo que os principais indicadores financeiros são:

- a geração operacional de caixa,
- a geração de LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), e
- a geração de determinada receita líquida no ano.

Para a composição dos indicadores de *performance* coletiva e individual, são levados em conta indicadores operacionais (tais como EBTIDA, ROL, Estoque, Despesas, Entrega, Custos, entre outros), sociais (tais como Liderança, Comunicação, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, entre outros) e ambientais (tais como redução do consumo de recursos naturais) em conformidade com o cargo ocupado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de *performance* coletiva e individual, que servem de base para fins de cálculo da parcela da remuneração variável dos nossos Diretores Executivos.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O formato da nossa remuneração acima descrito procura incentivar os nossos administradores a buscar a melhor rentabilidade para os nossos negócios, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os nossos.

Mediante a utilização de indicadores de desempenho financeiro e de *performance* coletivo e individual, a nossa política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da nossa Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre os interesses das partes.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados		5,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto		0,00	0,00	0,00
Participações em comitês		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00	0,00	0,00
Participação de resultados		0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões		0,00	0,00	0,00
Comissões		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo		0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração		2.380.973,88	101.268,00	2.482.241,88

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados		0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		3.058.678,21	111.059,60	3.169.737,81
Benefícios direto e indireto		59.493,07	0,00	59.493,07

Participações em comitês		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00	0,00	0,00
Participação de resultados		0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões		0,00	0,00	0,00
Comissões		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo		0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração		3.118.171,28	111.059,60	3.229.230,88

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.609.033,90	49.259,30	3.658.293,20
Benefícios direto e indireto	0,00	135.326,88	0,00	135.326,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
Total da remuneração	0,00	3.744.360,78	49.259,30	3.793.620,08

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política de remuneração não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A tabela a seguir corresponde à remuneração variável da nossa Diretoria Estatutária, a título de bônus:

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2011	5,7	R\$ 8.071,39	R\$ 61.826,86	R\$ 34.949,12	-
2012	6	R\$ 21.228,99	R\$ 127.374,00	R\$ 74.301,58	-
2013	6	R\$ 19.136,41	R\$ 114.818,47	R\$ 57.409,23	-
2014	5	R\$ 125.492,94	R\$ 250.985,87	R\$ 125.492,94	-
2015	5	R\$ 121.212,86	R\$ 727.277,18	R\$ 363.638,59	-

(1) O número de membros da Diretoria apresentado na tabela acima corresponde à média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, para cada exercício social encerrado em 31 de dezembro dos anos indicados.

(2) Os membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

(3) Os membros da Diretoria não fizeram jus a bônus nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 em razão do não atendimento dos indicadores de desempenho considerados para a determinação de cada um dos elementos da remuneração, conforme descrito no item 13.1 (c) deste Formulário de Referência.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**a) termos e condições gerais**

Não aplicável.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável.

c) forma como plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável.

k) forma de liquidação

Não aplicável.

l) restrições às transferências das ações

Não aplicável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Empresa	Conselho administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Cambuci SA	6.997.332	8.016.516	-	362.464	-	-
Era Sports artigos esportivos Ltda.	2	-	-	-	-	-
Impar Sports	20.000	-	-	-	-	-
Impar Paraguay S.a	1	-	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda*	2	-	-	-	-	-
Três Marias Inc. e Const.Ltda	2.337.432	-	-	-	-	-

*Empresa por Cota

(1) Para não haver duplicidade, nos casos, em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**a) modelo de precificação**

Não aplicável.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

Não aplicável.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

Estando Vinculados exclusivamente a Previdência Social do Governo Federal

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	0,06	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	20.443,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.380.973,88	670.093,93	389.392,91	0,00	0,00	101.268,00	34.585,80	20.443,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	87.750,00	14.318,55	0,00	0,00	0,00	14.000,00	4.942,84
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	305.697,64	167.445,87	0,00	0,00	0,00	27.764,90	16.419,77

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2014	Os membros do conselho de Administração renunciaram a remuneração a que fariam jus
-------------------	--

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicavel.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e de nosso Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2015, o nosso quadro de colaboradores era composto por cerca de 1.948 empregados diretos.

FUNÇÕES	2015	2014	2013	2012	2011
DIRETA (OPERACIONAL)	1459	1582	1593	1645	1855
ADMINISTRATIVO (Excluído CONSELHO/ESTAGIARIOS)	465	494	455	525	537
GERENCIAL	24	21	30	40	38
	1948	2097	2078	2210	2430

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados

REGIOES	2015	2014	2013	2012	2011
PARAIBA	853	926	896	840	1055
BAHIA	971	974	944	1122	1128
SÃO PAULO	124	197	238	248	247
	1948	2097	2078	2210	2430

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

TERCEIROS	2015	2014	2013	2012	2011
	43	47	47	47	64

Anexo 14.1

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente 42,90%, 34,21%, 31,26%, 29,66% e 23,54% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 respectivamente

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra. Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários (“Política”) tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando:

- (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função;
- (ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes;
- (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)
- Transferência para outro cargo
- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários, seja decorrente de aumento de quadro, substituição devido à promoção, desligamento, transferência ou enquadramento.

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

Ocorre quando há promoção na mesma área de atuação. O salário é alterado para se enquadrar a classe do novo cargo, o aumento deve se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical com mudança de carreira, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção.

Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo.

A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de seis meses.

É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

3.4. Transferência de cargo

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

3.5. Reclassificação do cargo

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

3.6. Ajustes de mercado

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

4. Avaliação para promoção

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, conforme modelo padrão estabelecido pela área de RH para o cargo em questão, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses. O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

5. Procedimentos para solicitação de uma promoção

5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

5.3 Avaliação do funcionário

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

5.4 Revisão da avaliação do funcionário

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

5.5 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

5.6 Aprovação da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

5.7 Efetivação da promoção

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

6. Procedimentos para solicitação de uma transferência

6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

6.5 Decisão da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

6.6 Efetivação da transferência

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

7. Procedimentos para solicitação de criação de uma nova vaga ou posto de trabalho (aumento de quadro)

7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade. Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

7.4 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

7.5 Aprovação pela Diretoria

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

9. Orçamento para Promoções

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área. Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade. A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a área de RH dará seu parecer para aprovação da Presidência e seguimento do processo.

10. Programa de Estagiários

10.1. Regras de Funcionamento do Estágio

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante. O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo. Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

11. Responsabilidades

11.1. Diretores

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

11.2. Gerentes

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

11.3. Área de Recursos Humanos

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

II - Conceitos e Terminologia

Descrição de Cargo

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

Avaliação de Cargos

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

Classe

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

Estrutura Salarial

É composta de Tabelas Salariais.

Faixa Salarial

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

Pesquisa Salarial

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

Salário Fixo

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais como: salário, ajuda para aluguel, etc.

Comissão

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

Remuneração Variável

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

Bônus

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

Prêmio

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

Remuneração Base

É o salário fixo mensal.

Enquadramento Salarial

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Política de Remuneração

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

Promoção Vertical

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

Carreira Funcional

Sequência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

Carreira Específica

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

b) política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ADVANCE LEBLON						
11.514.588/0001-18	IRLANDESA	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	128.700	0,510000%	128.700	0,330000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ATAULFO LCC						
10.475.654/0001-25	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	315.200	1,240000%	315.200	0,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON PREVIDENCIA M						
11.098.129/0001-09	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	36.800	0,140000%	36.800	0,100000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LEBLON EQUITIES PARTNERS FIA						
10.309.567/0001-06	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	414.000	1,630000%	414.000	1,070000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON EQUITIES HEDGE M FIA						
10.346.050/0001-89	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	97.900	0,380000%	97.900	0,250000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
POSTO 12						
10.428.442/0001-97	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	53.800	0,210000%	53.800	0,140000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
IGUANA FUNDO DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES						
10.924.308/0001-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	05/11/2013		
Não						
	0	0,000000%	1.229.100	4,830000%	1.229.100	3,190000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ROMA CONSULTORIA ASSESSORIA E ADMINISTRACAO						
03.532.668/0001-78		Não	Não	24/12/2004		
Não						
	250.264	1,899939%	283.767	1,110000%	534.031	1,390000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
MOINHO PACIFICO						
60.854.189/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
	0	0,000000%	5.701.851	22,390000%	5.701.851	14,760000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
NEBLON INSTITUCIONAL MASTER FI EM ACÕES						
13.156.003/0001-60	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	113.600	0,450000%	113.600	0,290000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RIVALE REPRESENTAÇÕES						
56.126.105/0001-46	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	2.365.977	9,290000%	2.365.977	6,140000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON AÇÕES MASTER FIA						
10.346.018/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	139.800	0,550000%	139.800	0,360000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eduardo Estefano Filho						
067.527.138-04		Não	Sim			
Não						
2.334.684	17,840000%	3.516.837	13,810000%	5.851.521	15,180000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Juliana Vizintas Estefano						
264.863.998-56	brasileira	Não	Não			
Não						
553.212	4,230000%	38.016	0,150000%	591.228	1,530000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ROBERTO ESTEFANO						
067.524.468-49	BRASILEIRO	Não	Sim			
Não						
4.662.648	35,630000%	4.499.679	17,670000%	9.162.327	23,770000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA						
50.918.622/0001-71	BRASILEIRA-BA	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
2.337.432	17,860000%	0	0,000000%	2.337.432	6,060000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
PADUCA ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA-EPP						
04.597.242/0001-65		Não	Não	03/11/2005		
Não						
	416.403	3,180000%	264.995	1,040000%	681.398	1,770000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RENATO VIZINTAS ESTEFANO						
224.254.218-40		Não	Não			
Não						
	553.212	4,230000%	13.116	0,050000%	566.328	1,470000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
MARIA APARECIDA CALDERAN ESTEFANO						
260.658.408-23	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
	0	0,000000%	415.148	1,630000%	415.148	1,080000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LAWRENCE PIH						
005.680.408-30	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000%	150.632	0,590000%	150.632	0,390000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO						
405.312.798-04	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000%	736.568	2,890000%	736.568	1,910000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SERGIO VIZINTAS STEFANO						
184.658.288-14		Não	Não			
Não						
553.212	4,230000%	0	0,000000%	553.212	1,430000%	
SUELI VIZINTAS ESTEFANO						
536.017.428-53		Não	Não			
Não						
1.426.192	10,900000%	47.600	0,190000%	1.473.792	3,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	0	0,000000%	4.901.648	19,249030%	4.901.648	12,749400%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	8	0,000061%	248	0,000970%	256	0,000600%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL						
	13.087.267	100,000000%	25.464.982	100,000000%	38.552.249	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL	4.014.040	16,357531%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA				50.918.622/0001-71	
Eduardo Estefano Filho					
067.527.138-04	Brasileira-SP	Não	Sim		
Não					
1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332	100,000000

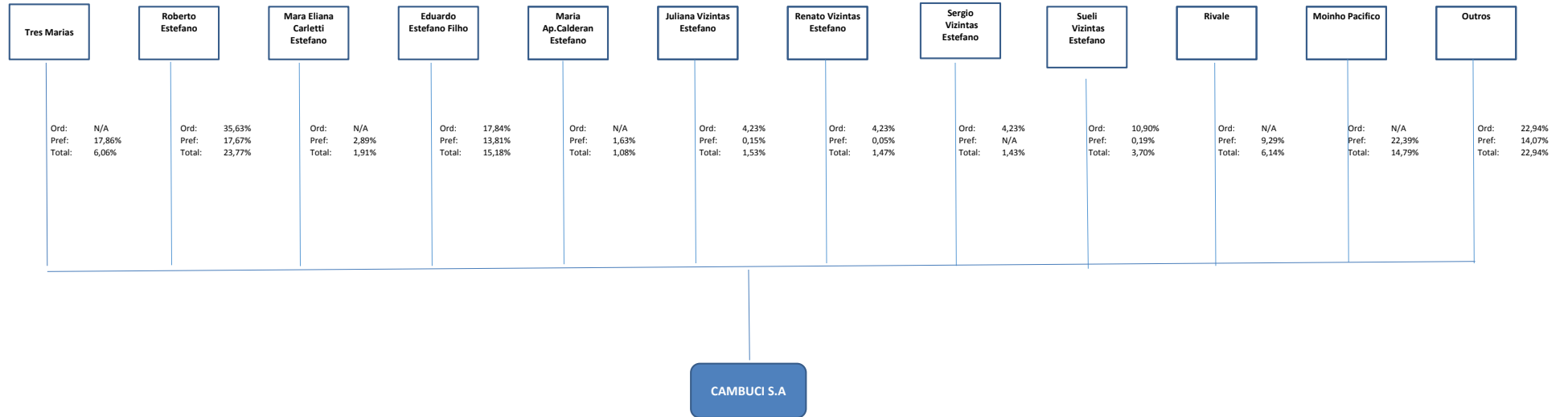
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	353
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	20
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	16

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.308.726	34,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	2.546.498	66,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	3.855.224	100,000000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionista atualmente vigentes dos quais nossos Acionistas Controladores sejam parte ou que estejam agrupados na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, bem como dos administradores do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

Para o preenchimento do item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência esclarecemos que foram considerados como Acionistas Controladores os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda., em razão de ser o controle exercido diretamente por estes acionistas que detêm, em conjunto, 45,01% das ações de nossa emissão.

Os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda. não são signatários de acordo formal de acionistas, não obstante, formam o bloco de controle em decorrência do exercício do controle de fato.

Desde o seu ingresso na Companhia, estes acionistas são titulares de direitos que lhe asseguram a maioria dos votos nas deliberações sociais da Companhia.

Para informações adicionais acerca do controle da Companhia, ver quadros 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes Relacionadas” são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, artigo 28, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 10% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A.	31/12/2013	2.015.544,47	O saldo existentes a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 11.553.645,73	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de compra e venda						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Paraguai no exercício findo em 31/12/2014.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	8.464.760,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 5.647.755,19	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	compra e venda						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2014						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	16.132.548,20	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 22.460.799,73	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativo em conta corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	4.369.302,13	O saldo existente no contas a pagar fornecedor em 31/12/2014 era de 3.035.916,27	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2014.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Chile S/A	09/10/2012	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 606.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Penalty Chile S/A	31/12/2012	1.135.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2014 era de 1.554.113,03	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2014.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Latinline S/A	01/03/2014	366.676,08	O saldo existente a pagar no passivo não circulante em 31/12/2014 era de 366.676,08	não é possível aferir	Prazo Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	nao aplicavel						
Rescisão ou extinção	nao ha						
Natureza e razão para a operação	ativo por conta corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cambuci Importadora Ltda.	31/12/2012	201.466,99	O saldo existente a receber no ativo não cirulante em 31/12/2014 era de R\$ 2.812.243,79	Não é possível aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Ibéria S.L	13/08/2014	1.195.271,63	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de R\$ 3.726.610,44	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Era Sports Ltda.	31/12/2014	2.675,42	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 63.035,23	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A.	31/12/2012	1.560.881,34	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2014 era de 4.346.127,92	Não é possível aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato compra e venda						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Paraguai no exercício findo em 31/12/2014.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados devendo transferir à Companhia as vantagens que tiver auferido. Até a data base deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial.

Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo com pagamento compensatório adequado.

Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/11/2013	35.635.955,43		1.308.726	2.546.498	3.855.224
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	2.546.498				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
05/01/1985	32.340.000,00		12.420.600	24.539.400	36.960.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	24.539.400				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2013	Ata da Reunião do Conselho de Administração	28/11/2013	3.295.955,43	Subscrição pública	666.667	925.582	1.592.249	4,31000000	2,07	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	925.582
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

o preço de emissão das novas ações, de R\$ 2,07 por ação, foi fixado nos termos do Art. 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/76, com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), dos últimos 19 pregões realizados no período de 03 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013, inclusive, que se justifica em razão de ser mais vantajosa em relação ao valor patrimonial das ações da Companhia, e se mostra como o critério mais, adequado e justo para permitir a subscrição de ações por todos os acionistas (controladores e minoritários) sem que haja qualquer risco de diluição injustificada

Forma de integralização

) A integralização poderá ser feita mediante capitalização de crédito contra a Companhia, devendo os acionistas credores que desejarem subscrever e integralizar as ações a serem emitidas, mediante capitalização de crédito contra a Companhia, se dirigirem diretamente a companhia e os acionistas que subscreverem ações e não forem credores da Companhia ou não desejarem utilizar seu crédito deverão integralizar o preço total das ações à vista em moeda corrente nacional no ato da subscrição, mediante depósito em dinheiro, nos termos do § 2º do Art. 171 da Lei 6.404/76

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
31/12/2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	24.539.400	
Desdobramento						
07/01/2013	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
Desdobramento						
31/12/2014	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
Grupamento						
30/05/2016	13.087.267	25.464.982	38.552.249	1.308.726	2.546.498	3.855.224
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	25.464.982		PNA	2.546.498	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do nosso capital social nos últimos 3 exercícios sociais, nem social corrente.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da Cambuci tem direito a serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Cambuci, as ações ordinárias da Cambuci são conversíveis em ações preferenciais. A conversão de ação ordinária em preferencial poderá ser feita por solicitação do respectivo titular, desde que com a concordância da maioria dos demais acionistas ordinários em Assembléia Geral, e respeitado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se do nosso quadro de acionistas, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembléias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembléias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Cambuci não estabelece condições específicas para alteração dos direitos assegurados por tal.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Igual aos acionista com ações ordinarias, ou seja 25% dos dividendos minimos obrigatorio.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos das ações

Resgatável

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há.

Outras características relevantes Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas. Nosso Estatuto Social prevê que o não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos confere o direito de voto às ações preferenciais, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos.

Não existem regras estatutárias que obriguem os acionistas a realizar a oferta pública, no entanto, nosso Estatuto Social prevê que as ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	469.500	2,63	1,97	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	572.000	2,25	1,75	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	390.000	1,80	1,42	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	259.000	1,75	1,22	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	334.558	1,90	2,30	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.230.814	3,08	1,96	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	614.142	1,88	1,50	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	661.789	1,90	1,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples não conversíveis em ações
Data de emissão	01/08/1998
Data de vencimento	01/08/2001
Quantidade (Unidades)	3.000
Valor nominal global (Reais)	3.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Trata-se da emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia flutuante, emitidas em série única ("Emissão"). O Agente Fiduciário das Debêntures Simples é a Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda.</p> <p>As debêntures simples tem prazo de vencimento de 3 anos, contados da data de sua emissão.</p> <p>O pagamento dos juros das debêntures ocorrerá anualmente, sendo que a cada período de capitalização, em data coincidente com o aniversário das debêntures, será paga toda a remuneração relativa ao período de capitalização anterior, calculada sobre o Valor Nominal Unitário - VNU, isto é, será paga toda a variação da taxa ANBID +2 a.a. (dois por cento ao ano). Na falta de divulgação pela ANBID da taxa citada, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos mais negociados, para lotes de valor equivalente a 1.000 (um mil) debêntures, obtidas pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A e Banco HSBC Bamerindus S.A.</p> <p>Para fins de cálculo dos juros remuneratórios decorrentes da Emissão, a base de remuneração será a variação acumulada da taxa ANBID capitalizada de spread de 2% a.a. (dois por cento ao ano), aplicada ao valor nominal unitário. Entende-se como taxa ANBID + 2% a.a., a taxa acumulada de juros calculada com base nas taxas de juros dos CDB's pré-fixados mais negociados, divulgada pela ANBID, acrescida (capitalizada) de um spread fixo de 2% a.a.</p> <p>A Emissora reserva-se o direito de a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal, não amortizado, acrescido da base de remuneração e juros remuneratórios devidos na data de resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias da data do resgate.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista. Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Adiantamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos CAMB3 e CAMB4.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há Títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Após o vencimento das debêntures mencionadas no item 18.5, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidos pelo INPC e acrescido de juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

A Companhia vem cumprindo mensalmente a referida obrigação de pagamento, sendo, nesta data, devida 17 (dezesete) parcelas no valor de R\$ 379.956,92 (trezentos e setenta e nove mil , novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos) cada.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não há ofertas públicas de aquisição.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes – valores mobiliários

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nesta data, nem houve, nos últimos 3 exercícios sociais, qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nesta data, nem houve nos últimos 3 exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**30/04/2012****Cargo e/ou função**

A Política de Negociação se destina aos acionistas controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente ("Pessoas Vinculadas"). As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente às Políticas de Negociação e estejam obrigados a observância das regras nela descritas.

Principais características e locais de consulta

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

A Política de negociação tem como objetivo esclarecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da Política de Negociação, da regulamentação aplicável editada pela CVM ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação deverão ser esclarecidas juntamente ao administrador da Política que é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Às Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia. No contexto de uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela nossa Política de Divulgação aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012 cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 deste Formulário de Referência, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM nº 358/02, nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”) consiste no estabelecimento de elevados padrões de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na manutenção do sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012.

Nossa Política se destina a: (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante; e, ainda; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (“Pessoas Vinculadas”).

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, visando especialmente assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Desta forma, impedindo o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos

Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá dar-se por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação habitualmente por utilizados pela Companhia, podendo a Companhia optar por realizá-lo de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão, desde que indique nos anúncios o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de emissão da Companhia, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (i) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de sua emissão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

As Pessoas Vinculadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Em casos excepcionais, que constituam Informação Privilegiada, o Ato ou Fato Relevante poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo do Ato ou Fato Relevante, cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação do Ato ou Fato relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique o Ato ou Fato Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.